

Christian Geffray e a antropologia da guerra: ainda a propósito de *La Cause des Armes au Mozambique*

*Christian Geffray and the anthropology of war: still concerning La Cause des
Armes au Mozambique*

Fernando Florêncio



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/etnografica/2866>

DOI: 10.4000/etnografica.2866

ISSN: 2182-2891

Editora

Centro em Rede de Investigação em Antropologia

Edição impressa

Data de publicação: 1 novembro 2002

Paginação: 347-364

ISSN: 0873-6561

Refêrencia eletrónica

Fernando Florêncio, «Christian Geffray e a antropologia da guerra: ainda a propósito de *La Cause des Armes au Mozambique*», *Etnográfica* [Online], vol. 6 (2) | 2002, posto online no dia 17 setembro 2016, consultado o 02 abril 2022. URL: <http://journals.openedition.org/etnografica/2866> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.2866>



Etnográfica is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

CHRISTIAN GEFFRAY
E A ANTROPOLOGIA
DA GUERRA:
AINDA A PROPÓSITO DE
*LA CAUSE DES ARMES
AU MOZAMBIQUE*

Fernando Florêncio

Neste artigo apresentamos um breve olhar sobre a guerra civil em Moçambique tendo como pano de fundo a obra de Christian Geffray, *La cause des Armes au Mozambique*, que marca um ponto de viragem epistemológico nos estudos sobre as causalidades da guerra moçambicana.

Pretendemos enquadrar essa discussão numa perspectiva antropológica mais vasta, dos denominados estudos sobre a antropologia da guerra, contribuindo igualmente com dados empíricos nossos, recolhidos ao longo de várias estadias de terreno na região centro de Moçambique, entre 1994 e 2001.

Este artigo não pretende de modo algum constituir-se como uma espécie de obituário de Christian Geffray, nem mesmo uma dedicada homenagem laudatória, tão comum após o desaparecimento físico de alguém.¹ O propósito geral é o de integrar uma das obras mais importantes deste antropólogo francês – que tendo dedicado a sua vida a estudar questões políticas extremamente pertinentes em países da chamada área lusófona, tais como Moçambique e Brasil, permanece em larga medida desconhecido da maioria dos antropólogos portugueses – numa perspectiva antropológica mais vasta, a dos chamados estudos sobre a antropologia da guerra.²

Nesse sentido, apresentamos primeiro um pequeno esboço do que na antropologia se tem denominado “estudos sobre a violência”, ou sobre a guerra, para de seguida nos concentrarmos mais detalhadamente numa das obras mais importantes de Christian Geffray, precisamente aquela que dedi-

¹ Neste artigo estamos em dívida para com os amigos Filipe Reis, Clara Carvalho e José Flávio Teixeira, que deram uma inestimável colaboração com os seus comentários e críticas.

² Christian Geffray produziu uma vasta obra bibliográfica sobre Moçambique e o Brasil. Importa aqui apresentar um breve esboço desse seu percurso. Christian Geffray, nasceu em 1954 e faleceu a 9 de Março de 2001. O seu primeiro trabalho de terreno foi em Moçambique, de 1982 a 1986, entre populações Macua, no distrito de Erati, província de Nampula. Nesta primeira fase procurou estudar a relação entre o parentesco e a organização social, num trabalho ainda muito centrado numa antropologia bastante clássica, e com nítidas influências marxistas. Desta pesquisa resultou a sua tese de doutoramento, *Travail et Symbole en Pays Makhuvuwa*, de 1987, sob a direcção de Georges Balandier, e a posterior obra *Ni Père, ni Mère: Critique de la Parenté Chez les Makhuvuwa*, publicada em 1991, pela Le Seuil, e traduzida para português (em versão muito reduzida), em 2000, pelas Edições Caminho. No decorrer desta estadia de terreno confronta-se então com a questão da guerra civil, publicando vários artigos, e sobretudo *La Cause des Armes au Mozambique: Anthropologie d'une Guerre Civile*. No início da década de 90 participa no movimento fundador da revista *Lusotopie: Enjeux Contemporains dans les Espaces Lusophones*. Em 1993 parte para o Brasil, Rondônia, Amazônia, para estudar as representações sociais da morte entre os índios, o narcotráfico fronteiriço, a situação dos garimpeiros, e a questão fundiária. Deste trabalho surge um número da revista *Lusotopie*, denominado *L'Oppression Paternaliste au Brésil*, em 1994, e um livro, *Chroniques de la Servitude en Amazonie Brésilienne*, publicado em 1995 pela Karthala. Em 1997 publica *Le Nom du Maître: Contribution à l'Anthropologie Analytique*, pela Arcanes, em que procura desenvolver um modelo analítico da dominação paternalista entre mestres e escravos, relacionando a questão da *ditanda imaginária* com a noção de *valor*. Antes de falecer tinha acabado de escrever uma outra obra, *Trésors: Anthropologie Analytique de la Valeur*, em que procura analisar o que determina o valor dos bens sociais, através do estudo da função social da morte entre os índios da floresta amazónica.

cou à análise da guerra civil moçambicana, *La Cause des Armes au Mozambique*. Nesta obra, o antropólogo francês acabou por lançar as bases conceptuais para um novo olhar sobre a problemática da guerra civil moçambicana, que se pode integrar perfeitamente no debate teórico da chamada antropologia da guerra. Veremos em que consistia essa proposta de Christian Geffray, realçando as virtualidades e insuficiências do seu modelo analítico, e tentando discutir os desafios de natureza metodológica, epistemológica, e mesmo ética, que esta obra e esta área de estudos colocam aos antropólogos.

Uma antropologia da violência e da guerra?

A proposta de uma antropologia da guerra não é algo de novo no seio dos estudos antropológicos. Concebida por alguns autores como uma espécie de especialização temática da antropologia política (Otterbein 1973), a antropologia da guerra pretende constituir-se como um corpo de conhecimentos sobre os mecanismos sociais de produção de violência, conflitos e guerras. Num artigo de 1999, Keith Otterbein traça uma história do percurso desses estudos no seio da disciplina (Otterbein 1999: 794-805), demarcando quatro períodos: o período da fundação (1850 a 1920); o período clássico (1920-1960); a idade dourada (1960-1980); e o período recente.

Ainda de acordo com este autor, o período da fundação, marcado pelos trabalhos de Lewis Morgan e Edward Tylor, caracteriza-se essencialmente pela recolha de dados empíricos e por uma visão marcadamente evolucionista das práticas guerreiras das sociedades primitivas.³ O período clássico é atravessado por duas tendências distintas: a) a continuação de uma linha analítica de cariz ainda evolucionista, concentrada no estabelecimento de tipologias comparativas sobre os procedimentos violentos e guerreiros em diferentes sociedades “primitivas”; b) o surgimento do mito do “selvagem pacífico”. No primeiro caso o autor destaca um texto de Bronislaw Malinowski (Malinowski 1941), no qual o autor estabelece seis tipos de conflitos armados, segundo uma escala dos menos violentos aos mais violentos. São eles: 1) as lutas entre membros do mesmo grupo, 2) as lutas como mecanismos jurídicos de regulação de diferenças entre indivíduos, 3) razias militares com carácter recreativo, 4) as guerras enquanto expressão política de um proto-nacionalismo, 5) expedições militares com fins de pilhagem organizada, 6) guerras como instrumento de política nacional. Nesta tipologia só os últimos dois tipos de violência, ou de guerras, assumem um carácter verdadeiramente “moderno” e letal.

³ Neste aspecto o autor realmente não oferece novidade, pois o que caracteriza este período da produção etnográfica é válido para qualquer área da disciplina e não apenas para a questão da guerra e da violência nas sociedades ditas primitivas.

O denominado mito do “selvagem pacífico” teria aparecido, segundo Keith Otterbein, nesta mesma fase, e consistia na construção idílica de uma sociedade primitiva caracterizada pela harmonia e pelo bem-estar. Nos escalões mais primitivos das sociedades humanas a violência era praticamente desconhecida, como se pode inferir das palavras de Leslie White, que em 1949 argumentava que “*warfare is virtually non-existent among many primitive tribes*” (White 1949: 131). Nesta visão era a evolução material das sociedades, acompanhada pelo crescimento demográfico, que conduzia à necessidade de obtenção de mais e melhores recursos materiais e, por conseguinte, conduzia a uma crescente competitividade entre grupos e sociedades pela posse desses mesmos recursos materiais, factor que conduzia necessariamente à guerra e à violência entre indivíduos e grupos sociais.

O que mais espanta nesta literatura antropológica não é apenas a perpetuação de um mito que todas as evidências empíricas parecem negar, mas a constatação de dois factores marcantes na produção antropológica, desde os primórdios até aos anos 70 do século XX. Primeiro, o facto de a antropologia nunca se ter descartado, completamente, de uma análise dicotómica das sociedades “primitivas”, ora vistas como o “universo da harmonia” – e nesse caso o mito do “selvagem pacífico” não faz senão retomar a influência do pensamento de Jean-Jacques Rousseau, e da noção do “bom selvagem” – ora, no extremo oposto, olhadas como o reino da barbárie e da selvajaria, em que a violência aparece como algo de inato e natural, visão essa que deve muito a autores como Thomas Hobbes. A obra de Ruth Benedict, *Patterns of Culture*, de 1934, com a sua famosa distinção entre sociedades apolíneas e dionisiacas, constituiu um excelente exemplo paradigmático desta dicotomização em que a antropologia se deixou aprisionar.

Um segundo aspecto, que em parte se relaciona com o primeiro, prende-se com a visão isolacionista com que a antropologia encarou e analisou as sociedades e os grupos sociais. Quer o objectivo fosse a análise da estrutura social dessas sociedades, ou da sua organização política, das estruturas de parentesco, ou dos mecanismos de produção e regulação da violência e dos conflitos, essas sociedades sempre apareceram como isoladas do mundo externo, encerradas em si mesmas, como entidades únicas, portadoras de sentido próprio e intrínseco. Este isolacionismo ainda é mais de espantar quando nesta época a quase totalidade das sociedades estudadas pela antropologia estava sob a influência da dominação colonial.

No caso que mais nos interessa, o da antropologia em contexto africano, esta constatação é ainda mais pertinente. Rara é a produção antropológica que, até aos finais da década de 1960, se interesse pelos impactes do colonialismo sobre as estruturas sociais africanas, sobre a sua estrutura política, económica, simbólica, etc., e sobre as reacções destas sociedades à

penetração colonial.⁴ Algumas das obras de maior impacto da antropologia desta época, que se debruçam sobre a estrutura política das sociedades africanas, como é sem dúvida o caso da obra de Evans-Pritchard, *The Nuer*, de 1940, ou a colectânea organizada por Evans-Pritchard e Meyer Fortes, *African Political Systems*, de 1940, fazem autêntica tábua rasa das influências do colonialismo sobre essas sociedades. No caso dos nuer, Evans-Pritchard apenas nos informa, numa pequeníssima passagem na introdução, que a sociedade nuer estava envolvida em relações conflituosas com o Estado colonial: “A Government force surrounded our camp one morning at sunrise, searched for two prophets who had been leaders in a recent revolt, took hostages, and threatened to take many more if the prophets were not handed over” (Evans-Pritchard 1969: 11). Mas depois a envolvimento externa desaparece, e os nuer ficam sozinhos, isolados de qualquer contexto relacional exterior.

Ainda no campo africanista, as elaborações teóricas mais consistentes sobre os mecanismos geradores de violência e de conflitos e a sua importância na dinâmica social de uma determinada sociedade devem-se sobretudo à denominada Escola de Manchester, por influência de Max Gluckman. Para este autor o estudo dos conflitos internos constituía uma porta privilegiada para a compreensão das diferentes dinâmicas políticas locais, sobretudo através da análise dos mecanismos internos de resolução desses conflitos, na medida em que os conflitos são “(...) a part of social life and custom appears to exacerbate these conflicts: but in doing so custom also restrains the conflicts from destroying the wider social order” (Gluckman 1991: 2). As análises de Max Gluckman constituem igualmente uma das excepções da postura isolacionista referida anteriormente.

A partir da década de 1960 o número de obras sobre violência e conflitos nas sociedades “primitivas” aumentou consideravelmente. Contudo, é sobretudo a partir de finais da década de 1970 e início da de 1980 que se assiste a um verdadeiro *boom* de estudos antropológicos sobre a violência e, principalmente, sobre os conflitos armados. Nesta fase é notória uma drástica mudança paradigmática: já não se trata de estudar as características “intrínsecas” de uma dada sociedade, em termos do uso da violência “endógena”, mas sim de analisar as relações de violência e conflito de certas sociedades locais com unidades políticas mais vastas e envolventes, tais como os Estados. Nesta perspectiva tem sido interessante, e ilustrativo, o debate sobre as características “guerreiras” do povo yanomamo. Enquanto em 1968 Napoleon Chagnon, na obra fundadora *Yanomamo: the Fierce People*, argumentava e analisava a violência como uma característica endógena dos yanomamo,

⁴ Uma dessas raras excepções é a colectânea de textos sob a direcção de Audrey Richards, *East African Chiefs*, de 1960, e sobretudo a obra de Georges Balandier, *Afrique Ambigue*, de 1957.

posteriormente uma série de autores, como Jacques Lizot e Leslie Sponsel, negam veementemente esta visão e acentuam sobretudo os efeitos da expansão do Estado brasileiro, argumentando que a violência do povo yanomamo é essencialmente uma reacção ao expansionismo estatal.⁵

Esta visão estaria na origem de uma corrente, denominada *War in Tribal Zone*,⁶ cuja preocupação temática principal é precisamente o centrar a análise nas relações entre os Estados nacionais e as sociedades locais. Está também intimamente relacionada com o surgimento das “guerras étnicas” africanas e balcânicas, dos finais da década de 1980 e início dos anos 1990.

Pode argumentar-se que esta mudança paradigmática é também o corolário da mudança de atitude e de interesses que a antropologia política e a ciência política efectuaram a partir do início da década de 1980, com especial incidência nos estudos africanistas. Pode dizer-se que até aí, e desde as independências (ou seja, meados da década de 1960), o foco principal de análise residia no Estado, enquanto principal actor político e económico.

A partir do final da década de 1970, surgiu, principalmente em França, uma corrente denominada *politique par le bas*,⁷ que se desenvolveu em torno da revista *Politique Africaine*, por antropólogos e politólogos como Jean-François Bayart, Jean-François Médard, entre outros, cujo objecto principal de análise era a relação entre os Estados nacionais e as sociedades locais. Esta nova postura epistemológica influenciou bastante um grupo de intelectuais, entre os quais se podem destacar Ronald Rotchild e Noam Chazan que, a partir da obra *The Precarious Balance: State and Society in Africa*, de 1988, dinamizaram um vasto conjunto de estudos sobre a relação entre o Estado e a sociedade, dando particular relevo ao estudo da sociedade civil, dos grupos sociais que a compõem, das suas relações uns com os outros e com o Estado.

No âmbito dos estudos antropológicos sobre violência e conflitos em África, produzidos a partir desta época, deve salientar-se a obra de David Lan, *Guns and Rain*, que constitui a primeira análise sistemática sobre a participação das populações rurais e de actores locais, como as autoridades tradicionais e os personagens mágico-religiosos, na guerra de libertação do Zimbábue. A obra de David Lan, apesar da sua importância, seria apenas o início de uma vastidão de estudos sobre as diversas guerras e conflitos armados que assolam este continente, desde o início da década de 1990. Na sua grande maioria, a tónica de análise tem residido no pretenso carácter étnico destes conflitos, favorecido pela introdução da democracia multi-partidária e do liberalismo económico, com evidência paradigmática para a

⁵ Sobre a discussão em torno do povo yanomamo, ou yanomami, cf. Sponsel 2000: 837-841.

⁶ Sobre esta corrente, cf. Ferguson e Whitehead 1992.

⁷ De certo modo esta proposta paradigmática retoma as principais premissas dos denominados estudos de *local level politics* característicos da Escola de Manchester.

obra de Harvey Glickman, *Ethnic Conflict and Democratization in Africa*, de 1995. No entanto vários autores, seguindo de certo modo os passos de David Lan, têm procurado fugir da armadilha das considerações étnicas, para se concentrarem no estudo das motivações, grupais e individuais, que conduzem à participação nos conflitos armados. Neste último campo, a obra de Ngwabi Bhebe e Terence Ranger, *Soldiers in Zimbabwe's Liberation War*, de 1995, apesar de se centrar sobre um tipo específico de conflito (a guerra de libertação do Zimbabwe), constitui um excelente exemplo.

Christian Geffray e a antropologia da guerra

A obra de Christian Geffray sobre as causas da guerra civil moçambicana oferece uma série de pontos de reflexão bastante interessantes e pertinentes, quer do ponto de vista teórico quer, sobretudo, do ponto de vista metodológico. Ela insere-se nitidamente no âmbito da corrente da *politique par le bas*, e tem por objectivo a explanação da natureza da guerra civil moçambicana.

Desde logo esta obra marca uma ruptura epistemológica com os estudos anteriores que se debruçam igualmente sobre a natureza do conflito armado entre a Frelimo e a Renamo. Em síntese, esses estudos partem de um pressuposto analítico bem definido: num primeiro momento a Renamo foi uma criação das forças armadas da Rodésia do Sul, que contou com o apoio de colonos portugueses fugidos de Moçambique, de elementos moçambicanos das forças especiais do exército português e de elementos dissidentes da Frelimo; após a independência do Zimbabwe, foi a África do Sul quem garantiu o apoio logístico e político à Renamo, tendo sido por intermédio desse apoio que este movimento armado conseguiu alastrar as suas acções à totalidade do território moçambicano.

Em suma, para os partidários desta corrente, dos quais um dos expoentes teóricos é sem dúvida o britânico Joseph Hanlon, com a sua obra pioneira, *Mozambique: the Revolution Under Fire*, de 1984, a Renamo é um produto do imperialismo branco (rodesiano, no início, sul-africano, depois), mesmo o seu braço armado, e teria como principal *leitmotiv* desestruturar e aniquilar o Estado moçambicano, e o regime político de cariz socialista implantado pela Frelimo. Assim, a Renamo não instaurou uma guerra civil, mas uma autêntica guerra de agressão externa contra o Estado moçambicano.

Christian Geffray e Mogens Pedersen foram os primeiros a interrogarem-se sobre a validade deste modelo de análise (Geffray e Pedersen 1988a). Para estes autores, a questão de partida, amplamente escamoteada pelos partidários da teoria da agressão externa, era a de procurarem entender por que motivo uma parte da população rural do distrito de Erati, província

de Nampula, aderiria a um movimento armado como a Renamo. É esta a questão central que marca posteriormente toda a obra *La Cause des Armes au Mozambique*.

A tese principal encontra-se bem vincada logo na “Introdução” da obra. Christian Geffray não nega, nem despreza, a importância do apoio da Rodésia e da África do Sul no nascimento e na manutenção da máquina de guerra da Renamo, o que seria aliás completamente descabido, como comprovam inúmeros relatórios produzidos por elementos dos próprios serviços secretos destes países, dos quais o mais conhecido é provavelmente o do agente rodesiano Ken Flower, de 1987. Os trabalhos de Alex Vines (1991) e de João Cabrita (2000), entre outros, sublinham igualmente a importância desta ajuda externa.⁸ Contudo, Christian Geffray defende que esta explicação não chega para compreender a totalidade das dinâmicas militares da Renamo no interior de Moçambique, uma vez que a guerra provocada por este movimento “s’alimente aussi de déchirements sociaux et politiques internes aux sociétés rurales mozambicaines” (Geffray 1990b: 24).

Nesse caso, é preciso analisar as relações entre o Estado-Frelimo e as sociedades rurais para compreender as razões desses “tumultos” sociais. Segundo o autor existem dois tipos de causas: de natureza político-cultural e de natureza económica.

No primeiro caso o autor evoca a marginalização a que o Estado-Frelimo votou as autoridades tradicionais locais logo após a independência. Do ponto de vista ideológico, a Frelimo desencadeou uma campanha contra as autoridades tradicionais e os líderes religiosos, acusando-os de colaboracionismo com o regime colonial e expoentes de um tipo de sociedade “feudal e retrógrada” que o Estado pretendia abolir. Esta marginalização, que em muitas situações foi acompanhada por uma autêntica humilhação pública destes personagens do poder político das sociedades locais, foi entendida pelas populações como um desrespeito, e uma agressão, aos seus modelos culturais, pois, como o autor adianta, “tous les faits et témoignages relatés dans ce livre révéleront assez l’importance de leur position politique, les effets désastreux de leur marginalisation et de leur humiliation. Toutes les interprétations locales formulées à propos des origines et du sens de la guerre actuelle les évoquent” (Geffray 1990b: 31-32).

O Estado-Frelimo pretendia implantar um regime político baseado na ideologia do “poder popular” e, nesse sentido, as autoridades tradicionais eram entendidas como um entrave à implantação desse regime. Ao nível local surgiram então conflitos evidentes entre os detentores do poder tradicional

⁸ As nossas próprias investigações de terreno, no distrito de Mossurize, província de Manica, em 2000, comprovam que as primeiras incursões da Renamo nesta região, logo em 1977, contavam com o apoio de unidades especiais e da aviação rodesiana.

e os novos actores do “poder popular”. Foi o que aconteceu no distrito de Erati, onde esse processo deu lugar “à une brusque recrudescence de la lutte engagé par les représentants du nouveau pouvoir contre les autorités sociales et politiques lignagères locales” (Geffray;1990b: 30).

Uma segunda ordem de causas encontra-se nas estratégias de desenvolvimento rural que o Estado-Frelimo definiu após a independência. No primeiro caso, o Estado moçambicano tentou implementar um modelo de socialização rural, baseado em dois factores: a colectivização dos meios de produção e o aglomerar das populações rurais em aldeias comunais. É sobretudo o segundo factor, o processo de aglomeração das populações rurais em aldeias comunais, que vai provocar uma forte desestruturação das condições de vida, e de reprodução social, económica e política, destas populações. O processo de aldeamento provocou fricções e lutas entre sectores das próprias sociedades rurais, quer pela definição dos locais de edificação das aldeias, quer pelo controlo das cooperativas de consumo, nos casos em que existiam. Como sublinha Christian Geffray:

Les personnes engagés dans l’édification des villages les plus dynamiques étaient rarement des paysans ordinaires. Alphabétisés, reconnus par l’administration du district, c’étaient des tailleurs ou fils de tailleurs, maçons ou charpentiers, commerçants ou fils de commerçants, instituteurs. Ils formaient un petit groupe de personnes en rupture avec l’autorité lignagère, qui s’appuyaient avec plus ou moins de bonne et d’habilité sur les discours du Frelimo pour mener à bien son project local – ou parfois leurs ambitions personnelles (Geffray 1990b: 34).

Por outro lado, o processo de aldeamento provocou uma ruptura no sistema de organização e reprodução económica destas populações, baseado na produção familiar. Com o processo de aldeamento as populações eram obrigadas a abandonar as suas terras de cultivo. No novo habitat normalmente não encontravam terras disponíveis perto da aldeia comunal, uma vez que as melhores terras já estavam ocupadas pelos grupos familiares que já viviam na zona de implantação da aldeia. Neste caso, as famílias que se instalavam mais tarde tinham de abrir novas terras de cultivo, por vezes a cerca de 10 km da aldeia.⁹ A reacção destas famílias camponesas ao processo de aldeamento saldou-se sobretudo pela não-participação, adoptando estratégias diversas, tais como o abandono das aldeias, ou a manutenção de uma casa de “fachada” na aldeia, onde viviam alguns membros da família, enquanto os restantes continuavam a viver, e produzir, nas terras de origem.

⁹ Existe uma vasta literatura sobre o processo de aldeamento em Moçambique. Adolfo Yañes Casal é um dos autores que mais contribuiu para o estudo deste processo (cf. Yañes-Casal 1986, 1988, 1996).

A chegada da Renamo ao distrito de Erati, em 1984, modificou este panorama, bem como a mobilidade das famílias, entre a aldeia e as terras de origem. O exército estatal passou a actuar de forma mais eficaz, obrigando as famílias dispersas ao aldeamento compulsivo. Este facto ainda sensibilizou mais estas famílias contra a política estatal, o que muito beneficiou a Renamo. Segundo Christian Geffray foram três os grupos sociais que se mostraram mais favoráveis à penetração da Renamo no distrito de Erati: as autoridades linhageiras, marginalizadas pelo Estado-Frelimo; as populações mais desfavorecidas com o processo de aldeamento; e os jovens.

A Renamo aproveitou estas clivagens entre o Estado-Frelimo e partes da sociedade rural, para estabelecer uma base social de apoio entre o campesinato do distrito de Erati,

l'entrée en guerre a eu le caractère d'une reprise d'initiative politique des populations face au Frelimo et à son État villageois. Le simple fait d'avoir donné militairement aux populations les moyens de se placer hors de portée de l'État a permis à la Renamo d'ancrer son intervention dans la dynamique des conflits locaux dont elle se nourrit, sans que la formulation d'un project politique fût requise pour la légitimer (Geffray 1990b: 39).

No entanto, este modelo, como o próprio Christian Geffray admite, não pode ser aplicado linearmente, pois nem todos os jovens, assim como nem todas as famílias desfavorecidas pelo processo de aldeamento e nem todas as autoridades linhageiras, aderiram à Renamo. Pelo contrário, a clivagem entre aqueles que ficaram do lado do Estado e aqueles que se perfilaram do lado da Renamo assumiu outros contornos, principalmente de natureza histórica, uma vez que esta polarização política acabou por retomar os contornos de conflitos antigos entre diversos grupos sociais que partilham o espaço geográfico do distrito de Erati. Por isso, foram as autoridades linhageiras e as populações da Macuana, já marginalizadas durante o período colonial, que aderiram à Renamo, enquanto que os de Erati, Chaka, Marave e Mmeto, que foram privilegiados nesse período, mantiveram uma forte lealdade ao Estado-Frelimo.

Em conclusão, de acordo com Christian Geffray, a Renamo capitalizou a seu favor um conjunto de conflitos e tensões entre grupos sociais, e entre estes e o Estado-Frelimo, atribuindo a estes conflitos o carácter de uma dissidência violenta entre partes da população rural e o Estado. A Renamo manipulou estas dissidências para se “auto-alimentar” pois na verdade não possuía nenhum projecto político-económico próprio. É este aspecto que leva o autor a definir a Renamo como um corpo social, isto é “une institution sans outre fin que sa propre reproduction” (Geffray 1990b: 166), com uma única motivação política: destruir o Estado e perpetuar o estado de guerra, condição única, segundo Christian Geffray, para a sua reprodução. Nesse caso, o projecto da Renamo seria, antes do mais, um “project social guerrier” (Geffray 1990b: 219).

Nenhuma outra obra sobre Moçambique provocou tanta controvérsia como *La Cause des Armes au Mozambique*. Esta obra de Christian Geffray provocou um autêntico tumulto entre os intelectuais moçambicanos e estrangeiros, e obteve diversas reacções, sobretudo dos intelectuais estrangeiros, que se podem diferenciar em duas categorias: uma de cariz ideológico, outra de cariz teórico. No primeiro caso incluem-se sobretudo os intelectuais ocidentais que apoiaram ideologicamente a Frelimo, alguns mesmo antes da independência, como Joseph Hanlon, Allen Isaacman ou Bridget O’Laughlin.¹⁰ No segundo campo encontram-se alguns autores menos preocupados com a discussão ideológica, mas mais interessados na análise, e crítica, do modelo de Christian Geffray em si mesmo.

Como exemplo do primeiro grupo destaco o artigo de Bridget O’Laughlin, de 1992. A autora começa por formular uma crítica geral, bastante pertinente, que se prende com os escassos dados empíricos que Christian Geffray apresenta para sustentar os seus argumentos, sobretudo no que respeita ao “insucesso” da política rural da Frelimo e às reacções das populações ao processo de aldeamento, ponto fulcral, como se viu, do argumento do autor. Por outro lado, Christian Geffray apresenta uma excessiva visão dicotómica das diferenças entre o mundo rural e o mundo urbano. No fundo, para a autora, Christian Geffray vê a guerra civil como um conflito entre dois mundos antagónicos, o rural e o urbano, sendo que o projecto modernizante do Estado-Frelimo se identificava e tinha a sua base de apoio no mundo urbano, marginalizando ostensivamente o mundo rural camponês.

Mas a principal crítica de Bridget O’Laughlin reside essencialmente nos aspectos que Christian Geffray deixa de lado na sua análise, precisamente a importância das dinâmicas externas do conflito armado entre a Renamo e a Frelimo, que constituem, para a autora, as principais razões da sua existência, pois como defende,

the war in Mozambique is one of a recent series of conflicts in which internal forces have been promoted, financed, trained and logistically supported by the United States. US backed regimes like South Africa, and various other capitalist states, to undermine socialist governments through low intensity rural guerrilla warfare” (O’Laughlin 1992: 25).

Como se depreende, as diferenças entre os dois autores não são apenas teóricas, mas essencialmente ideológicas. Para Bridget O’Laughlin as dinâ-

¹⁰ Christian Geffray já tinha criticado estes intelectuais ocidentais que se deslocaram para Moçambique após a independência e que, na perspectiva do autor, eram os responsáveis “ideológicos” pelo desconhecimento científico da Frelimo em relação às sociedades rurais (cf. Geffray 1988b). Num comentário crítico a uma primeira versão deste artigo, José Flávio Teixeira alertou, e com razão, para o facto de não darmos atenção aos impactes desta obra entre os intelectuais moçambicanos. Contudo não possuímos fontes escritas ou outras destes intelectuais que nos possam informar e enquadrar a sua posição no debate.

micas internas do conflito, as dissidências de partes da sociedade rural moçambicana relativamente ao Estado-Frelimo não são causas (como pretende Christian Geffray) mas sim consequências da guerra de agressão capitalista ao Estado socialista da Frelimo.

A postura do segundo grupo de críticos pode ser exemplificada pelo artigo de Alice Dinerman, de 1994. A autora começa por criticar a definição de corpo social adiantada por Christian Geffray para caracterizar a Renamo, defendendo que esta organização militar não é de modo nenhum a “self-reproducing social force” (Dinerman 1994: 570), pois depende dos apoios internacionais para a sua reprodução. Na verdade esta argumentação é falaciosa porque Christian Geffray não defende isso, mas sim que a Renamo não tem outro propósito político senão a sua reprodução enquanto força militar, o que é completamente diferente.

No entanto, Alice Dinerman tem razão ao criticar o excesso de dualismo com que Christian Geffray concebe as relações sociais no mundo rural. O modelo deste autor põe em confronto os camponeses (submersos e submetidos ao modo de reprodução tradicional, linhageiro, que pretendem perpetuar a todo o custo) e os não camponeses (que pretendem libertar-se deste modelo tradicional e adoptar modos de reprodução mais “modernos”, e urbanos, como os comerciantes, professores, artesãos, etc.). Como sublinha Alice Dinerman, este modelo não só reduz drasticamente as dinâmicas sociais do universo rural moçambicano, como apresenta igualmente uma desconfortável contradição: se as populações que aderiam à Renamo têm como motivação principal perpetuarem o seu modo tradicional de vida, então não se percebe muito bem como encaixar nesta análise o caso dos jovens que aderem ao movimento, uma vez que estes, no próprio dizer de Christian Geffray, procuram acima de tudo desconectar-se deste mesmo modo tradicional, ou seja, procuram fugir às restrições de um modelo essencialmente gerontocrático.

Algumas notas finais

O nosso primeiro trabalho de terreno em Moçambique, em 1994, versou sobre temáticas muito próximas das de Christian Geffray, e por isso mesmo a sua obra serviu de inspiração, e mesmo de modelo comparativo (cf. Florêncio 1994). Nessa pesquisa, que se centrou no distrito do Búzi, na província de Sofala, procurámos analisar os processos de transformação social durante o sistema colonial e pós-colonial. Nesse âmbito, confrontámo-nos igualmente com a questão da identificação política dessas populações com as duas forças beligerantes.¹¹

¹¹ Em 2000 e 2001 voltámos a efectuar várias estadias de campo na zona ndau, cobrindo outros distritos, como Mossurize, Machaze e de novo o Búzi. As ideias aqui apresentadas resultam destas várias estadias.

Em vários aspectos as nossas conclusões estão bastante próximas das de Christian Geffray, no sentido de que também aqui uma parte significativa da população do distrito, maioritariamente de origem ndau, reagiu negativamente à implantação do Estado-Frelimo. Num sentido, essa reacção correspondeu a uma tentativa de defesa do modelo de reprodução social tradicional ndau, ou melhor, do que as populações consideraram ser o seu modelo tradicional. Não somente porque o Estado-Frelimo marginalizou e humilhou as autoridades tradicionais, tal como no caso de Erati, mas também porque aboliu todo um conjunto de práticas sociais relacionadas com a magia e a religião.¹² No caso específico do povo ndau, há também que ter em conta que a identificação do Estado, e da Frelimo, com as populações do sul do país, com quem os vandau¹³ têm relações conflituosas desde a época pré-colonial, conduziu a um forte sentimento de rejeição do Estado-Frelimo por parte da maioria da população. Este processo ajudou a sedimentar uma identidade étnica ndau, por oposição à Frelimo e aos grupos étnicos do sul.

No caso ndau não foi tanto o processo de aldeamento comunal que contribuiu para este processo de rejeição do Estado-Frelimo, porque em boa verdade foram poucas as aldeias comunais que foram implantadas e mesmo nas existentes o Estado não detinha capacidade para obrigar as populações a permanecerem. Por outro lado, nos distritos de ocupação ndau, como Mossurize, Machaze Chibabava, Búzi e Machanga, a chegada da guerra foi muito rápida, pois as primeiras acções da Renamo em Mossurize aconteceram logo em 1977. Em meados de 1980 já a Renamo ocupava, e administrava, grandes bolsas de território nestes distritos o que não só não permitiu uma sedimentação do processo de aldeamento comunal, como obrigou a um rápido desenhar de fronteiras, entre as zonas controladas pelo Estado, e as controladas pela Renamo, denominadas “zonas libertadas”.

As próprias populações mal tiveram tempo para reagirem, e pode dizer-se que quem ficou nas áreas controladas pela Renamo, ou pelo Estado, em geral tinha poucas hipóteses de mudar de campo, salvo nos casos em que um dos exércitos beligerantes efectuava uma incursão, e nestes casos alguns indivíduos aproveitavam estas acções para fugirem.¹⁴

Por outro lado, no caso ndau, apesar de a maioria da população denotar uma forte simpatia pela Renamo, mesmo a que vivia nas zonas controladas pelo Estado, como se verificou posteriormente aquando das eleições gerais de 1994 e 2000, não se pode dizer que as autoridades tradicionais constituíssem um pólo aglutinador desta identificação das populações

¹² Com mais ou menos ênfase, este processo foi igual em todo o país.

¹³ Nas línguas Shona, nas quais se inclui o Chindau, o radical *va* serve para formal o plural.

¹⁴ Estas acções, levadas a cabo por ambos os exércitos, tinham também como objectivo capturar elementos da população civil. Contudo, alguns indivíduos, ou pequenos grupos domésticos, aproveitavam a ocasião para fugirem voluntariamente.

com a Renamo, como afirmou Christian Geffray para o caso do distrito de Erati, porque a grande maioria das autoridades tradicionais ndau habitavam ou refugiaram-se em zonas controladas pelo Estado ou mesmo no Zimbabwe. As deserções das zonas controladas pelo Estado-Frelimo eram escassas, e as decisões eram sempre tomadas numa base de escolha individual. Não existem entre os vandau exemplos de grupos linhageiros, como aponta Christian Geffray para os macuane, a desertarem em massa, seguindo o seu chefe de linhagem, para se colocarem voluntariamente sob a protecção da Renamo. Não raras vezes também aconteciam deserções de sentido contrário.¹⁵

Em suma, pode adiantar-se que a identificação da maioria das populações vandau à Renamo assentou em três factores: 1) a negação do Estado-Frelimo, através da identificação deste com as etnias do sul; 2) a difusão da ideia de que a Renamo, nas zonas que administrava, respeitava os costumes e as tradições ndau;¹⁶ 3) o facto de a Renamo ter iniciado as suas acções em zona ndau, e de o movimento estar dominado por elementos de origem ndau.¹⁷

Finalmente, não parece de todo evidente, pelo menos pelos nossos dados de terreno, que se possa afirmar que este processo de adesão/identificação com a Renamo denote a existência de um processo de contradições no seio rural entre camponeses e não camponeses, como defende Christian Geffray. Essas contradições existiam, é certo, mas como se veio a verificar nas eleições gerais de 1994, e de 2000, nesta região centro a Renamo conta com um enorme apoio da vasta maioria da população, seja ela camponesa, ou não. A situação das populações durante a guerra, e o seu posicionamento político face a um ou outro dos lados, foi bastante condicionada por factores contingenciais da própria guerra, e da lógica dos dois beligerantes. O facto de essas populações viverem num campo ou no outro, não dependia da sua “vontade” política, nem significava uma adesão a esse campo, como pretende o modelo analítico de Christian Geffray, mas resultava antes do mais de uma

¹⁵ A vida nas zonas controladas pela Renamo era muito mais difícil porque o movimento não tinha capacidade de abastecer as populações em épocas de escassez, e esta zona do país é ciclicamente afectada por secas, ou cheias. Este facto levava a que famílias inteiras arriscassem fugir das zonas controladas pela Renamo e a procurarem refúgio, por vezes temporário, nas zonas do Estado, onde conseguiam obter ajuda alimentar.

¹⁶ Esta ideia, que o movimento difundia propositadamente, tem um carácter propagandístico evidente. O que se passava é que a Renamo utilizava as autoridades tradicionais, ou indivíduos que o movimento impunha como tal, para gerirem as populações civis. O movimento também não exercia nenhuma repressão sobre as práticas sociais, tais como a magia e a religião, que tinham sido abolidas pelo Estado-Frelimo. Estes aspectos levavam as populações das zonas controladas pelo Estado a idealizarem a vida nas zonas controladas pela Renamo como se se tratasse de um “retorno às origens” do povo ndau.

¹⁷ Apenas a título elucidativo pode adiantar-se que uma parte da liderança da Renamo é de origem ndau, a começar pelo próprio Afonso Dhlakama, que é filho do prestigiado régulo de Mangunde, de Chibabava. Esta influência dos vandau na estrutura deste movimento pode ainda ser aferida pelo facto de a própria língua oficial do movimento ser o Chindau, e de certas unidades militares serem inteiramente constituídas por indivíduos vandau, como o famoso Grupo Limpa.

contabilidade reprodutiva muito própria que muitas famílias eram obrigadas a efectuar.¹⁸

Estas discordâncias com as propostas analíticas de Christian Geffray não invalidam o seu modelo na generalidade, nem diminuem a sua importância histórica. Pelo contrário, as nossas próprias conclusões apontam no mesmo sentido. Não negando a importância decisiva dos factores exógenos que estão na origem e na reprodução da Renamo, enquanto movimento armado, é no entanto muito importante não descuidar, nem minimizar, as contradições internas no processo de construção do Estado pós-colonial. É necessário ter em conta que uma parte significativa das populações rurais, e não só, não se reviu nesse processo de formação do Estado, o que possibilitou à Renamo constituir uma base social de apoio, sobretudo entre as populações rurais, que em muito ajudou à reprodução do movimento, ao nível local, contribuindo para o prolongar da guerra e para o enfraquecimento do Estado-Frelimo.

Por último, importa discutir, brevemente, algumas questões metodológicas inerentes a esta proposta de uma antropologia da guerra, tomando como referência este trabalho de Christian Geffray. No caso específico desta obra não estamos apenas a falar de uma antropologia da guerra, mas sim de uma antropologia de sociedades em guerra, o que coloca questões do foro metodológico, e mesmo ético, bastante específicas.

Desde logo surge a questão de como apreender, do ponto de vista teórico, factos sociais em rápido processo de mudança social, como é o caso de uma sociedade envolvida num processo de conflito armado. A vida social de uma sociedade em “estado normal” já por si dificilmente se deixa encerrar em modelos analíticos, devido à enorme complexidade e fragmentação que a caracteriza. Muito mais difícil se torna encontrar modelos explicativos para o caso de situações de conflito armado. A produção teórica sobre África nesta, como noutras situações, é bem elucidativa. Os modelos explicativos das “guerras étnicas” africanas proliferam a cada ano que passa, sem que esse processo seja acompanhado de uma recolha de dados empíricos sistemática e aprofundada, produzindo-se, da antropologia à ciência política, uma vastidão de análises deformadas, e deformantes.¹⁹ A ciência confunde-se com o jornalismo, e vice-versa. É necessário um regresso à etnografia, à recolha sistemática e abrangente de dados empíricos.

¹⁸ Essa contabilidade reporta-se à análise dos custos-benefícios que uma tal decisão acarretava. As mudanças de campo acarretavam enormes riscos, quer físicos, pois a própria vida podia estar em perigo, quer de sobrevivência alimentar.

¹⁹ As análises dos recentes conflitos nos Grandes Lagos (Ruanda, Burundi e RDC) é bem um exemplo desta deformação, com a invenção apressada de explicações etnicizantes, e mesmo de grupos étnicos, como o caso dos famosos banyamulenges, amplamente aceites por antropólogos, jornalistas e politólogos. Sobre este assunto, cf. Florêncio 2000/2001.

Por outro lado, esta é uma das áreas de estudos em que as análises teóricas reflectem mais acentuadamente as posições ideológicas dos autores, sejam estes antropólogos ou não. Se esta constatação é, em certa medida, inevitável, sobretudo quando estabelecida por antropólogos originários dessas sociedades em conflito,²⁰ não deixa de ser verdadeira para os outros. Os exemplos apontados dos denominados “intelectuais frelimistas” constitui um excelente exemplo de como uma postura ideológica deforma a análise de uma dada realidade social, pois a realidade das dinâmicas conflituosas entre o Estado-Frelimo e as sociedades rurais foi completamente escamoteada e deturpada.

O próprio Christian Geffray não foi capaz de fugir a essa tendência ideológica, apesar dos cuidados que colocou no seu trabalho. Ela aparece-nos sobretudo na análise que faz da Renamo, da sua ideologia, das suas acções violentas, do seu relacionamento “predatório” para com as populações que controlava. Provavelmente, e aqui não nos é possível oferecer uma resposta conclusiva, esta postura resulta mais dos problemas metodológicos que o autor enfrentou, do que propriamente de um *parti pris* ideológico. Christian Geffray desenvolveu o seu trabalho de campo, ou seja fez a sua observação participante, em plena guerra. Em todo este período não teve acesso directo nem a elementos da Renamo, nem às zonas controladas pelo movimento. De facto só fez observação participante com indivíduos do Estado-Frelimo, ou populações vivendo em zonas controladas pela Frelimo.

Tudo o que escreveu sobre a Renamo foi-lhe transmitido em segunda mão, como ele próprio reconheceu, por alguns informantes que fugiram das zonas controladas por este movimento. Este factor coloca duas interrogações metodológicas evidentes: qual a representatividade desse escasso número de elementos; como confirmar as suas informações, tendo em conta que eles teriam óbvios interesses pessoais, subjectivos? Fica por explicar, por exemplo, qual a razão por que sendo então a Renamo uma força predatória, violenta, cujo único propósito era a sua própria reprodução, no dizer de Christian Geffray acabou por alcançar cerca de 63% dos votos no distrito, nas eleições de 1994.²¹ A acreditarmos nesta visão teríamos então de entender a adesão política das populações à Renamo como uma espécie de manifestação de masoquismo social colectivo, o que seguramente não aconteceu.

A questão principal prende-se com os constrangimentos a que Christian Geffray esteve sujeito para efectuar a recolha de dados empíricos, que foi muito limitada e por conseguinte não possibilitou ao autor obter uma visão mais abrangente, e independente, da relação das populações com a

²⁰ Sobre esta questão consultar o artigo de Maja Povrzanovic (2000) sobre a participação ideológica dos antropólogos Croatas durante a guerra na Croácia.

²¹ Percentagem nossa calculada a partir dos dados apresentados em Brito 1995: 497.

Renamo nas zonas controladas por este movimento. Por isso mesmo, o autor não foi capaz de se “libertar” da mesma visão ideológica com que a Renamo era apresentada nos círculos governamentais e entre os intelectuais “pró-frelimo”, que tanto criticou.

Ao efectuar uma pesquisa em sociedades em conflito, isto é, durante o desenrolar da própria acção, o autor restringiu imediatamente o campo de manobra. No trabalho de campo, logo na fase inicial da apresentação/integração no grupo a estudar, é fundamental o modo como o antropólogo é classificado pelos “autóctones”. “Quem é?”, “o que pretende?”, “com quem chegou?”, “com quem está a viver?”, são apenas algumas das interrogações cujas respostas determinam, em geral, o modo como o antropólogo é classificado pelo grupo. Numa sociedade em conflito, como no caso moçambicano, essa classificação reflecte ainda a bipolarização política em que a própria sociedade se encontra. Christian Geffray chegou a Erati com, e pelo Estado, pela Frelimo, e a trabalhar para estes. É pois natural que a sua classificação social tenha sido influenciada por esse factor, e que as informações obtidas através de informantes “fugidos da Renamo” tenha sido condicionada, até pela vontade/necessidade de esses mesmos informantes se mostrarem apoiantes da Frelimo.

Por outro lado, a própria mobilidade do autor estava em causa. Ao longo da obra várias vezes o autor sublinha as dificuldades, e os perigos, de se deslocar em estradas onde as emboscadas da Renamo se sucediam com alguma frequência. Este facto restringe, obviamente, a qualidade e a quantidade dos dados recolhidos. Mas as restrições mais gravosas ao nível da mobilidade do autor situam-se na impossibilidade de este efectuar estadias de terreno nas zonas controladas pela Renamo, e portanto de obter dados empíricos em primeira mão. O autor estava consciente deste facto, mas isso não o coibiu de mesmo assim dedicar uma parte significativa à análise de um movimento, e de um modo de organização social (o das populações nas áreas da Renamo) que verdadeiramente não conhecia.

Este é um risco elevado para quem faz pesquisa de terreno em sociedades em conflito armado. Num sentido, a análise dificilmente ultrapassa os limites da parcialidade territorial a que o investigador está condicionado. Noutra, o investigador está mais exposto às influências ideológicas do “campo político” em que se integrou, e à inerente diabolização do Outro. Talvez seja importante interrogarmo-nos se não será mais pertinente, pelo menos do ponto de vista científico, não efectuar uma pesquisa nestas condições.

Estas críticas não pretendem diminuir a importância da obra de Christian Geffray, pois ela apresenta uma postura epistemológica bastante virtuosa e corajosa. Ela conduz, pela primeira vez no caso moçambicano, o centro de interesse da análise para as dinâmicas sociais locais, para o próprio processo de formação do Estado, salientando, e pondo em confronto, os interesses

político-econômicos dos diferentes actores políticos locais. Acusado de excesso de culturalismo, por atribuir um peso excessivo à tese da defesa do modelo cultural local, é contudo nesse preciso aspecto que a obra de Christian Geffray demonstra maior pertinência, ao chamar a atenção para a existência de especificidades histórico-culturais locais, e para a sua importância nos processos de formação dos Estados nacionais.

BIBLIOGRAFIA

- BALANDIER, Georges, 1957, *Afrique Ambigue*, Paris, Plon.
- BHEBE, Ngwabi, e RANGER, Terence (eds.), 1995, *Soldiers in Zimbabwe's Liberation War*, Londres, Portsmouth, Harare, James Currey, Heinemann, University of Zimbabwe Publications.
- BENEDICT, Ruth, s/d. [1934], *Padrões de cultura*, Lisboa, Livros do Brasil.
- BRITO, Luís de, 1995, "O Comportamento Eleitoral nas Primeiras Eleições Multipartidárias em Moçambique", MAZULA, Brazão, *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*, Maputo.
- CABRITA, João M., 2000, *Mozambique: The Tortuous Road to Democracy*, Nova Iorque, Palgrave.
- CHAGNON, Napoleon, 1968, *Yanomamo: The Fierce People*, Nova Iorque, Holt, Rinehart, and Winston.
- DINERMAN, Alice, 1994, "In Search of Mozambique: The Imaginings of Christian Geffray in *La Cause des Armes au Mozambique: Anthropologie d'une Guerre Civile*", *Journal of Southern African Studies*, 20 (4).
- EVANS-PRITCHARD, Edward E., 1969 [1940], *The Nuer*, Nova Iorque e Oxford, Oxford University Press.
- EVANS-PRITCHARD, E. E., e FORTES, M., 1940, *African Political Systems*; Londres, Oxford University Press.
- FERGUSON, R. Brian, e WHITEHEAD, Neil L., 1992, *War in Tribal Zone: Expanding States and Indigenous Warfare*, Washington e Seattle, University of Washington Press.
- FLORÊNCIO, Fernando, 1994, *Processos de Transformação Social no Universo Rural Moçambicano, Pós-Colonial: o Caso do Distrito do Búzi*, Lisboa, ISCTE, dissertação de mestrado.
- , 2000/2001, "O Ruanda no Epicentro do Sismo Zaireense: Variações sobre o Tema de David contra Golias", *África Debate*, 2, 46-57.
- FLOWER, Ken, 1987, *Serving Secretly: Rhodesia into Zimbabwe, 1964-1981*.
- GEFFRAY, Christian, e PEDERSEN, Morgens, 1988a, "Nampula en Guerre", *Politique Africaine*, 29.
- GEFFRAY, Christian, 1988b, "Fragments d'un Discours du Pouvoir (1975-1985): du Bon Usage d'une Meconnaissance Scientifique", *Politique Africaine*, 29.
- , 1990a, *Ni Père, ni Mère. Critique de la Parenté: le Cas Makhwawa*, Paris, Le Seuil, (versão portuguesa: *Nem Pai nem Mãe: Crítica do Parentesco: o Caso Macua*, Lisboa, Edições Caminho, 2000).
- , 1990b, *La Cause des Armes au Mozambique. Anthropologie d'une Guerre Civile*, Paris, Karthala (versão portuguesa: *A Causa das Armas em Moçambique: Antropologia da Guerra Contemporânea*, Porto, Afrontamento, 1991).
- , 1995, *Chroniques de la Servitude en Amazonie Brésilienne*, Paris, Karthala.
- , 1997, *Le Nom du Maître: Contribution à l'Anthropologie Analytique*, Paris, Arcanes.
- , 2001, *Trésors: Anthropologie Analytique de la Valeur*, Paris, Arcanes.
- GLICKMAN, Harvey, 1995, *Ethnic Conflict and Democratization in Africa*, Atlanta, The African Studies Association Press.
- GLUCKMAN, Max, 1991 [1956], *Custom and Conflict*, Oxford, Blackwell.
- HANLON, Joseph, 1984, *Mozambique: The Revolution Under Fire*, Londres, Zed Books.
- LAN, David, 1985, *Guns and Rain: Guerrillas & Spirit Mediums in Zimbabwe*, Londres, Berkeley e Los Angeles, James Currey e University of California Press.
- MALINOWSKI, Bronislaw, 1941, "An Anthropological Analysis of War", *American Journal of Sociology*, XLVI (4), 521-550.
- O'LAUGHLIN, Bridget, 1992, "Interpretations Matter: Evaluation of the War in Mozambique", *Southern Africa Report*, January.
- OTTERBEIN, Keith F., 1973, "The Anthropology of War", HONINGMANN, J. (ed.), *Handbook of Social and Cultural Anthropology*, Chicago, Rand McNally Company.
- , 1999, "A History of Research on Warfare in Anthropology", *American Anthropologist*, 101, 794-805.
- POVRZANOVIC, Maja, 2000, "The Imposed and the Imagined as Encountered by Croatian War Ethnographers", *Current Anthropology*, 41, 151-162.

- RICHARDS, Audrey (ed.), 1960, *East African Chiefs. A Study of Political Development in some Uganda and Tanganyika Tribes*, Londres, Faber and Faber.
- ROTHCHILD, Donald, e CHAZAN, Naomi (eds.), 1988, *The Precarious Balance: State and Society in Africa*, Boulder, Westview Press.
- SPONSEL, Leslie E., 2000, "Response to Otterbein", *American Anthropologist*, 102, 837-841.
- VINES, Alex, 1991, *Renamo: From Terrorism to Democracy in Mozambique?*, Londres, James Currey.
- WHITE, Leslie, 1949, *The Science of Culture*, Nova Iorque, Grove Press.
- YAÑES-CASAL, Adolfo, 1986, *Le Processus de Socialisation Rurale au Mozambique: Les Villages Communaux*, Paris, tese de doutoramento.
- , 1988, "A Crise da Produção Familiar e as Aldeias Comuns em Moçambique", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 8/9.
- , 1996, *Antropologia e Desenvolvimento: As Aldeias Comuns de Moçambique*, Lisboa, IICT.

Fernando Florêncio

CHRISTIAN GEFFRAY AND THE
ANTHROPOLOGY OF WAR: STILL
CONCERNING LA CAUSE DES ARMES AU
MOZAMBIQUE

The article provides a brief review of the civil war in Mozambique with reference to Christian Geffray's book La cause des Armes au Mozambique, an epistemological turning point in the studies of the causes of war in that African country. This discussion is developed in a larger anthropological perspective that considers the studies produced in the field of the so-called anthropology of war, and also includes empirical data collected by the author in several field stays in the central region of Mozambique between 1994 and 2001.

Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Fernando.Florencio@iscte.pt